

**FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA
REFORMA - SANTANDER POUPANÇA
VALORIZAÇÃO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	15
III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017	21
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017	24
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017.....	26
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017	28
Nota 1 – Capital do Fundo.....	29
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	30
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	31
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial.....	34
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro	34
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados.....	34
Nota 15 – Custos Imputados.....	35

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial, no primeiro semestre, manteve um ritmo de expansão sustentado, prolongando a dinâmica iniciada na segunda metade de 2016.

Esta evolução está muito sustentada pelo melhor momento das economias desenvolvidas e, neste grupo, pela evolução positiva da zona euro. O Fundo Monetário Internacional, na atualização de Julho de 2017 do “*World Economic Outlook*” disso mesmo deu conta, ao rever em alta as projeções de crescimento para o conjunto de economias da moeda única, mas deixando inalteradas as perspetivas para os conjuntos da economia mundial e das economias avançadas, em 3,5% e 2,0%, respetivamente, em 2017.

Na zona euro, a revisão em alta, para um crescimento de 1,9% decorre da aceleração iniciada no final de 2016 e que se prolongou pelo presente ano, com um fortalecimento da procura interna, não só o consumo privado, como também o investimento, o que marca uma melhoria estrutural da economia, patente de igual modo no desemprego, que desceu para 9,1% em Junho de 2017, o nível mais baixo desde 2009. Igualmente marcante na evolução da economia europeia é a convergência dos ritmos de crescimento entre países, depois de vários anos em que economias como a Alemanha e a Espanha cresciam mais rapidamente, e outras, como a França e Itália estavam praticamente estagnadas.

Há, deste modo, uma maior sincronização dos ciclos económicos, em parte devido à política monetária expansionista desenvolvida pelo Banco Central Europeu, que em 2016 reforçou o seu programa de *quantitative easing*. Fruto da resposta da economia aos estímulosⁱ, que se traduziram numa recuperação do crescimento, numa redução das pressões deflacionistas e na melhoria do funcionamento dos vários mecanismos de transmissão da política, o BCE, já em 2017, anunciou uma redução do volume mensal de aquisição de ativos financeiros para 60 mil milhões (revertendo o aumento de 20 mil milhões decidido em Março de 2016). Contudo, manteve quer os níveis de taxas de juro, quer a indicação de continuar pronto a intervir sempre que as condições o requeiram.

As projeções de crescimento para a economia norte-americana foram revistas em baixa, para 2,1%, ainda assim consubstanciando uma aceleração face ao ano de 2016. Contudo, a não implementação das medidas de estímulo da Administração Trump (como o choque fiscal e o programa de infraestruturas) impediu que as expectativas mais otimistas se materializassem, também num contexto de novo abrandamento no primeiro trimestre de 2017. A Reserva Federal dos EUA, no entanto, continuou a retirada dos estímulos, com uma nova subida da principal taxa de referência para 1.25%

ⁱ Gambetti e Musso (2017), “The macroeconomic impact of the ECB’s expanded asset purchase programme (APP)”, ECB Working paper 2075/2017

e, em Junho, anunciado que ainda em 2017 iria começar a reduzir o volume de ativos financeiros adquiridos ao abrigo do seu programa de *quantitative easing*, de forma gradual.

No mercado cambial, apesar da subida de taxas de juro de referência pela Reserva Federal, o dólar depreciou face ao euro, para 1,18 dólares por euro, uma depreciação de 12,8% desde o início do ano, para o nível mais fraco desde o início de 2015.

No Reino Unido, o crescimento económico deverá começar a refletir os efeitos do “Brexit”. Só em Março de 2017 é que o Governo ativou o pedido formal de saída, ao abrigo do artigo 50.º do Tratado de Lisboa. Em Junho, as eleições antecipadas pedidas pelo Governo para reforçar a sua posição resultaram antes na perda de maioria absoluta, o que poderá afetar um processo que os vários intervenientes já consideraram complexo e difícil. Neste sentido, o FMI reviu em baixa a sua projeção de crescimento, para 1,7%. O Banco de Inglaterra, neste contexto, manteve a política expansionista e as indicações de disponibilidade para atuar, se e quando necessário.

As perspetivas para China foram revistas em alta ligeira, fruto das medidas de estímulo implementadas pelas autoridades. No entanto, considera o FMI que essas medidas, ao resultarem num aumento dos já elevados níveis de dívida, podem resultar num aumento dos riscos adversos no médio prazo.

Neste contexto global, prosseguiu o movimento de *repricing* das taxas de juro, em especial com uma subida das taxas de juro de médio e longo prazo, na Europa e nos EUA, mas mais pronunciado na Alemanha, onde as taxas subiram acima de 0,5% para o prazo dos 10 anos. Em simultâneo, nos países chamados de “periféricos” na Europa, as taxas de juro subiram de forma menos pronunciada, resultando numa redução do prémio de risco face à Alemanha.

Em Portugal, as taxas de juro de longo prazo desceram, de forma generalizada, traduzindo-se numa clara diminuição do prémio de risco face à Alemanha, que, para o prazo dos 10 anos, desceu abaixo de 250pb, o nível mais baixo desde o início de 2016.

No mercado monetário europeu, as taxas de juro de curto prazo permaneceram em redor dos mínimos, refletindo a mensagem do BCE de que está disponível para atuar, se e quando necessário.

Economia Portuguesa

A atividade económica manteve, durante o primeiro semestre, um forte ritmo de crescimento, com o PIB a ter crescido cerca de 3.4% em termos homólogos no segundo trimestre, o mais forte desde o quarto trimestre de 2000, prolongando desde modo a recuperação iniciada no segundo semestre de 2016.

A melhoria esteve baseada na recuperação das exportações e do investimento, enquanto o consumo

privado manteve um sólido contributo para o crescimento económico, apoiado na descida da taxa de desemprego, para 9.1% no mês de Junho. Esta redução da taxa de desemprego é o resultado combinado do aumento do emprego e da população ativa, que tem contribuído para a melhoria da confiança das famílias e conseqüentemente das expectativas do consumo privado.

Depois de uma evolução menos favorável entre meados de 2015 e meados de 2016, a evolução favorável das exportações, os mais elevados níveis de utilização da capacidade instalada e a envolvente externa, contribuem para gerar expectativas mais otimistas, que potenciam as iniciativas de novos investimentos, em especial nos segmentos de máquinas e equipamentos, e de material de transporte. O inquérito ao investimento do INE, relativo ao primeiro semestre, revela que os empresários sinalizam intenção de maior investimento, em especial para expansão da capacidade. Contudo, as taxas de investimento continuam em níveis historicamente baixos. Em 2017, o investimento poderá representar 17% do PIB, que compara com os níveis pré-crise de 22%.

As exportações cresceram a dois dígitos durante o primeiro semestre, tanto em termos de bens, como de serviços, estes últimos apoiados num forte dinamismo das atividades relacionadas com o turismo, com o aumento dos turistas não residentes, da duração da estadia e com os empresários do setor a conseguir extrair mais valor, com uma subida da receita média por alojamento disponível.

Ao nível das exportações de bens, o crescimento foi generalizado entre bens, mas destacou-se a recuperação das exportações de bens energéticos (decorrente do encerramento para manutenção da refinaria de Sines, no primeiro semestre de 2016) e de veículos automóveis, com o início de produção de um novo modelo automóvel na AutoEuropa.

O saldo positivo da balança de transações correntes encontra-se suportado pelo reforço do saldo positivo da balança de serviços, em particular do contributo do turismo e transportes. A balança de bens poderá continuar numa tendência gradualmente menos deficitária, com a dependência energética a continuar a ser o fator mais penalizador. As exportações líquidas para o Reino Unido, França, Angola e EUA continuaram a ser as mais dinâmicas e a contribuir para o reforço das exportações.

No primeiro trimestre, o défice orçamental foi de 2,1% do PIB, uma melhoria de cerca 1,2 p.p. do PIB face ao período homólogo. A melhoria das receitas dos impostos indiretos e contribuições sociais foram os principais fatores, enquanto a despesa permaneceu quase inalterada. O saldo primário registou um excedente de 865 milhões de euros (cerca de 1,9% do PIB). A dinâmica recente está em linha com as metas orçamentais de 1,5% do PIB para o défice.

A dívida pública manteve-se em redor dos 130,5% do PIB no primeiro trimestre de 2017, perspetivando-se que situe em redor dos 127% do PIB em 2017. Até ao início de Agosto, o Tesouro português reforçou os pagamentos antecipados ao FMI, com um total de reembolsos de 5,3 mil

milhões de euros. O total de reembolsos desde 2015 já ultrapassou os 12 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 54% do empréstimo original.

No primeiro semestre do ano, prosseguiu o processo de desalavancagem do setor privado, embora com diferentes dinâmicas em curso. Ao nível do crédito aos particulares, o ritmo de redução do crédito moderou, com um crescimento ligeiro no crédito ao consumo, face aos níveis de final de 2016, o que está associado, também, ao dinamismo do consumo privado e, em especial, de bens duradouros. Ainda assim, em percentagem do rendimento disponível, o peso do crédito não tem sofrido alterações. Ao nível do crédito hipotecário, os volumes de nova produção cresceram 45% face ao período homólogo, mas situam-se ainda bastante abaixo dos máximos observados em 2007-08, e são insuficientes para compensar a natural erosão da carteira, pelo que o stock de crédito hipotecário continuou a reduzir-se.

No crédito às empresas, prosseguiu a desalavancagem a um ritmo mais forte, fruto também das medidas de gestão dos *non-performing loans* que algumas instituições desenvolveram, ao abrigo dos seus processos de recapitalização, incluindo vendas e *write-offs* de carteiras de crédito.

Fruto destas dinâmicas, e de acordo com os dados do Banco de Portugal, o rácio de *non-performing loans* reduziu-se, no primeiro trimestre, para 16.7% (face a 17.9% no período homólogo).

Política de investimento

O fundo Poupança Valorização acumula ao final de junho de 2017 uma rentabilidade líquida efetiva igual a 1,09%. O comportamento positivo do fundo durante o período reflete o bom desempenho dos mercados em que investe. O principal contributo para a rentabilidade foi o investimento em mercados acionistas da Zona Euro. A evolução positiva dos dados macroeconómicos, assim como o resultado favorável nas eleições francesas e holandesas, e o possível adiamento das italianas, impulsionaram o desempenho nos mercados de ações. Nos títulos obrigacionistas, a performance tem sido inconstante. A política monetária da Zona Euro segue bastante expansiva e o BCE, durante o semestre, tem dado seguimento ao seu programa de compra de ativos, ainda que tenha reduzido o montante mensal. Embora os títulos de dívida considerados de refúgio tenham perdido valor no semestre, os títulos com maior spread, tanto soberana como corporativa, na sua generalidade, têm registado um comportamento positivo. A carteira de obrigações do fundo tem contribuído positivamente no semestre devido à queda do spread de crédito nos países periféricos. Adicionalmente, o fundo tem um posicionamento defensivo, ou seja, tem uma duração menor que o benchmark, devido a uma expectativa de subida das taxas de juro durante o segundo semestre do ano. O crescimento na Zona Euro continuará a ser sólido e os lucros das empresas seguirão a crescer, apoiando de forma positiva os mercados acionistas.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 8 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2009	4 358 046	17,3941
2010	4 097 282	18,1417
2011	3 441 226	16,8476
2012	2 919 031	18,2103
2013	2 671 177	19,2728
2014	2 513 944	20,0183
2015	2 432 201	20,2798
2016	2 419 857	20,5529

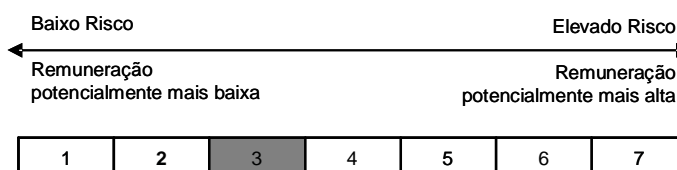
Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
1996	12,62%	1,51%	2
1997	13,50%	3,05%	3
1998	6,85%	5,75%	4
1999	4,50%	4,72%	3
2000	3,12%	3,50%	3
2001	-0,74%	3,80%	3
2002	-2,30%	3,20%	3
2003	5,37%	2,34%	3
2004	3,73%	2,41%	3
2005	5,76%	1,61%	2
2006	3,32%	2,49%	3
2007	2,67%	2,68%	3
2008	-18,61%	8,74%	4
2009	6,49%	5,34%	4
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,14%	6,03%	4
2012	8,11%	3,47%	3
2013	5,83%	3,85%	3
2014	3,87%	5,04%	4
2015	1,30%	5,12%	4
2016	1,35%	3,76%	3

(Fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Atualmente a isenção da comissão de subscrição mantém-se para subscrições efetuadas até 31 de dezembro de 2017 e a partir daí passa a 2%.

Custos e Proveitos

Descritivo	30.06.2017	30.06.2016	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	410.010	382.635	27.375	7%
Rendimento de Títulos	18.810	21.704	-2.893	-13%
Ganhos em Operações Financeiras	2.674.977	3.697.150	-1.022.173	-28%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Provisões para Encargos	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	11.330	12.309	-978	-8%
Total	3.115.128	4.113.797	-998.670	-24%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	93.444	50.470	42.974	85%
Comissões e Taxas	430.835	405.643	25.192	6%
Comissão de gestão	407.945	381.177	26.768	7%
Comissão de depósito	8.980	8.391	589	7%
Outras comissões e taxas	13.910	16.075	-2.165	-13%
Perdas em Operações Financeiras	2.045.861	4.259.860	-2.213.999	-52%
Impostos	2	2.388	-2.387	-100%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes	914	921	-7	-1%
Total	2.571.055	4.719.282	-2.148.227	-46%
Resultado do Fundo	544.073	-605.485	1.149.557	-190%

Demonstração do Património

Descritivo	30.06.2017	31-12-2016
Valores mobiliários	45.977.377	46.797.906
Saldos bancários	7.143.637	2.281.931
Outros ativos	725.322	786.139
Total dos ativos	53.846.336	49.865.976
Passivo	114.009	130.819
Valor Líquido do OIC	53.732.327	49.735.157

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2017		31.12.2016	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	37.851.066	70,29%	39.061.233	78,33%
M.C.O.B.V. Portuguesas	3.918.457	7,28%	5.609.197	11,25%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	33.932.609	63,02%	33.452.036	67,08%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	-	0,00%	-	0,00%
VALORES MOBILIÁRIOS NÃO COTADOS	3.239	0,01%		
M.C.O.B.V. Portuguesas	3.239	0,01%		
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	8.314.593	15,44%	8.052.532	16,15%
OIC domiciliados em Portugal	5.761.177	10,70%	5.665.684	11,36%
OIC domiciliados Estado membro UE	2.553.415	4,74%	2.386.848	4,79%
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES	-	0,00%	-	0,00%
Em Mercado Regulamentado	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	53.846.336	85,74%	49.865.976	94,48%

Volume e Custos de Transação

Descritivo	30.06.2017				
	Compras *	Vendas *	+/- Valias Realizadas	JURO	TOTAL
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
M.C.O.B.V. Portuguesas	-	1.741.968	(59.548)	46.816	1.741.968
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	13.424.284	13.415.757	(187.190)	144.470	26.840.041
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	-	-	-	-	-
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
OIC domiciliados em Portugal	-	94.150	21.946	-	94.150
OIC domiciliados Estado membro UE	4.057.982	3.481.893	121.245	-	7.539.875
OIC domiciliados Estados Não Membros UE	-	-	-	-	-
Total	17.482.266	18.733.768	(103.547)	191.287	36.216.034

* Estes valores incluem +/- valias realizadas e juro.

Instrumentos Financeiros Derivados

Descritivo	30.06.2017	Compras	Vendas	+/- Valias Potenciais	+/- Valias Realizadas	31.12.2016
OPERAÇÕES COM DERIVADOS						
Em Mercado Regulamentado Futuros	3.144.491	15.302.268	14.791.695	-	301.959	2.665.957
Em Mercado Regulamentado Opções		34.640	5.935	-	(28.408)	
Total	3.144.491	15.336.908	14.797.630	-	273.551	2.665.957

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGFIM, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o

integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

AÇÕES

A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência relevante do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC. Havendo diversas praças a cotar a mesma ação, regra geral, preço é obtido através da praça em que os valores tenham sido transacionados aquando da entrada em carteira.

Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível.

A valorização dos valores mobiliários em processo de admissão à cotação será feita tendo por base a última cotação conhecida, no momento de referência relevante, das ações da mesma espécie emitidas pela mesma entidade e admitidas à negociação atendendo às condições de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

Relativamente aos aumentos de capital, os direitos avaliam-se ao seu valor teórico até que cotizem.

No respeitante a ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados, as mesmas serão avaliadas com recurso a modelos teóricos considerados adequados pela SAM para as características do ativo a avaliar e aprovados pelo Comité de Riscos. Alternativamente, poderá a sociedade gestora utilizar o valor da oferta firme divulgado por market makers.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGFIM – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGFIM;
- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e

3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo; Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora

2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 16 de agosto de 2017

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR**, gerido pela Santander Asset Management - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, que compreendem o balanço em 30 de junho de 2017 (que evidencia um total de 53 846 336 euros e um total de capital do OIC de 53 732 327 euros, incluindo um resultado líquido de 544 073 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data e as divulgações que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira **Fundo de Investimento Alternativo Aberto de Poupança Reforma Santander Poupança Valorização FPR**, em 30 de junho de 2017, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das



demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
<p>A carteira de títulos corresponde a cerca de 86% do ativo, sendo a sua valorização diária determinada nos termos da Lei, dos Regulamentos (nomeadamente do regulamento da CMVM nº 2/2015) e do Regulamento de gestão, representando as menos-valias e mais-valias potenciais uma parte significativa dos custos e proveitos reconhecidos no período.</p> <p>Assim, a verificação das cotações, e a validação das metodologias de valorização e informação utilizada para a valorização de títulos não cotados nos termos referidos constitui uma área significativa de auditoria.</p> <p>Os procedimentos adotados na valorização dos títulos em carteira são descritos no Relatório de Gestão e na nota 4 das Divulgações.</p>	<p>Testes de conformidade ao processo de importação e registo das cotações diárias dos títulos em carteira.</p> <p>Testes substantivos para validação da valorização dos títulos em carteira, em conformidade com a Lei, os Regulamentos da CMVM e o Regulamento de gestão, e do cálculo das respetivas mais e menos-valias potenciais, com base: (i) nas cotações oficiais, no caso de títulos cotados; e (ii) na validação da metodologia e informação utilizada para a valorização dos títulos não cotados e na sua análise.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da entidade gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da entidade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade gestora do fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras

representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da entidade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

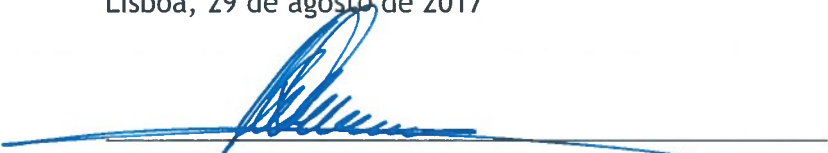
Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- (i) fomos nomeados auditores do fundo pela primeira vez pela entidade gestora para um mandato compreendido entre 2016 e 2018;
- (ii) o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de

qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- (iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da entidade gestora em 29 de agosto de 2017;
- (iv) declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao fundo e respetiva entidade gestora durante a realização da auditoria;
- (v) informamos que não prestámos ao fundo quaisquer serviços distintos da auditoria.

Lisboa, 29 de agosto de 2017



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA - SANTANDER
POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2017**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euros)

BALANÇO

Data: 30-06-17

ACTIVO						CAPITAL E PASSIVO				
Código		30-06-17			31-12-16		Código		30-06-17	31-12-16
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	12.899.449	12.070.004	
33	Activos Fixos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	(13.663.794)	(16.287.446)	
	<i>Total Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	53.952.599	53.313.421	
	Carteira de Títulos					65	Resultados Distribuídos			
21	Obrigações	25.205.353	224.338	(196.604)	25.233.087	66	Dividendos antecipados das SIM	544.073	639.178	
22	Ações	1.190	2.048		3.239		Resultado Líquido do Período			
23	Outros Títulos de Capital						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>53.732.327</u>	<u>49.735.157</u>	
24	Unidades de Participação	24.582.165	1.947.384	(5.788.497)	20.741.052		Provisões Acumuladas			
25	Direitos					481	Provisões para Encargos			
26	Outros Instrumentos da Dívida						<i>Total de Provisões Acumuladas</i>			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>49.788.708</u>	<u>2.173.770</u>	<u>(5.985.100)</u>	<u>45.977.377</u>		Terceiros			
	Outros Activos					421	Resgates a Pagar aos Participantes	31.614	55.790	
31	Outros activos					422	Rendimentos a Pagar aos Participantes			
	<i>Total de Outros Activos</i>					423	Comissões a Pagar	71.383	70.141	
	Terceiros					424+...+429	Outras contas de Credores			
411+...+418	Contas de Devedores	163.373			163.373	43+12	Empréstimos Obtidos			
424	Estado e Outros Entes Públicos	364.729			364.729	44	Pessoal			
	<i>Total de Valores a Receber</i>	<u>528.103</u>			<u>528.103</u>	46	Accionistas			
	Disponibilidades						<i>Total de Valores a Pagar</i>	<u>102.997</u>	<u>125.931</u>	
11	Caixa						Acréscimos e diferimentos			
12	Depósitos à Ordem	7.143.637			7.143.637	55	Acréscimos de Custos			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					56	Receitas com Provento Diferido			
14	Certificados de Depósito					58	Outros Acréscimos e Diferimentos	11.012	4.888	
18	Outros Meios Monetários					59	Contas transitórias passivas			
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>7.143.637</u>			<u>7.143.637</u>		<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>11.012</u>	<u>4.888</u>	
	Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proveitos	196.436			196.436					
52	Despesas com Custo Diferido									
58	Outros acréscimos e diferimentos	783			783					
59	Contas transitórias activas	(0)			(0)					
	<i>Total de Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>196.436</u>			<u>197.219</u>					
	TOTAL DO ACTIVO	<u>57.656.884</u>	<u>2.173.770</u>	<u>(5.985.100)</u>	<u>53.846.336</u>		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>53.846.336</u>	<u>49.865.976</u>	
	Número total de Unidades de Participação em circulação				<u>2.586.148</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>20,7769</u>	<u>20,5529</u>	

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2017

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2017-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2017-06-30	2016-12-31	Código		2017-06-30	2016-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros	778.146	778.676	915	Futuros		
	<i>Total</i>	<u>778.146</u>	<u>778.676</u>		<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros	395.310	400.920	925	Futuros		
	<i>Total</i>	<u>395.310</u>	<u>400.920</u>		<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros	1.971.036	1.486.363	935	Futuros		
	<i>Total</i>	<u>1.971.036</u>	<u>1.486.363</u>		<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			942	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			944	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de valores			945	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	TOTAL DOS DIREITOS	<u>3.144.491</u>	<u>2.665.959</u>		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>3.144.491</u>	<u>2.665.959</u>

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017**

Fundo Alternativo Aberto de Poupança Reforma - Santander Poupança Valorização FPR

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 30-06-17

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		30-06-17	30-06-16	Código		30-06-17	30-06-16
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	93.444	50.470	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	408.571	382.513
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	1.439	121
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	6.547	7.972		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	421.582	393.409	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	18.810	21.704
729	De Operações Extrapatrimoniais	2.707	4.262	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1.325.901	2.561.741	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1.733.329	1.956.488
731+738	Outras, em Operações Correntes	2.734		831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	717.226	1.698.119	839	Em Operações Extrapatrimoniais	941.649	1.740.662
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimon		2.375	851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	2	13	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	5.639	6.886
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>3.109.437</u>	<u>4.108.375</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	914	921		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>2.571.055</u>	<u>4.719.282</u>		Proveitos e Ganhos Eventuais		
79	Outros Custos e Perdas das SIM						
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			881	Recuperação de Incobráveis		
	Custos e Perdas Eventuais			882	Ganhos Extraordinários	248	
781	Valores Incobráveis			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		5.416
782	Perdas Extraordinárias			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	5.443	6
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>5.691</u>	<u>5.422</u>
788	Outras Custos e Perdas Eventuais						
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>						
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período	<u>544.073</u>		66	Resultado Líquido do Período		<u>605.485</u>
	TOTAL	<u>3.115.128</u>	<u>4.719.282</u>		TOTAL	<u>3.115.128</u>	<u>4.719.282</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	828.263	(209.008)	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]	5.691	5.422
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	221.716	38.281	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	544.074	(603.097)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	538.382	(610.907)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	544.073	(605.485)

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2017

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO ALTERNATIVO ABERTO DE
POUPANÇA REFORMA - SANTANDER POUPANÇA VALORIZAÇÃO FPR
REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017**

(valores em Euros)

Data: 30-06-17

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2017	30-06-2016
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	4.837.212	941.722
Subscrições de unidades de participação	4.833.885	937.276
Comissão de Subscrição		5
Comissão de Resgate	3.327	4.441
PAGAMENTOS:	(1.404.716)	(2.085.493)
Resgates de unidades de participação	(1.404.716)	(2.085.493)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	3.432.496	(1.143.771)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	19.183.034	10.095.978
Venda de títulos e outros ativos da carteira	13.196.140	4.716.750
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	1.871.000	4.584.833
Resgates de unidades de participação noutros OIC	3.564.286	222.536
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	18.697	21.718
Juros e proveitos similares recebidos	532.910	550.140
PAGAMENTOS:	(17.519.082)	(6.170.319)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(13.364.156)	(4.274.931)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC	(4.055.149)	(1.837.346)
Juros e custos similares pagos	(93.444)	(50.470)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem	(3.881)	(1.311)
Outras taxas e comissões	(2.451)	(6.260)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1.663.952	3.925.659
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	932.648	1.733.973
Operações cambiais	13.546	4.023
Operações sobre cotações	919.102	1.729.950
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(755.005)	(1.693.255)
Operações cambiais	(58.222)	(13.322)
Operações sobre cotações	(616.911)	(1.627.237)
Margem inicial em contratos de futuros e opções	(77.020)	(47.950)
Comissões em contratos de futuros	(2.853)	(4.746)
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	177.643	40.718
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	3.428	2.630
Juros de depósitos bancários	1.093	36
Outros recebimentos correntes	2.335	2.594
PAGAMENTOS:	(415.813)	(398.384)
Comissão de gestão	(404.385)	(385.141)
Comissão de depósito	(8.902)	(8.478)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(1.289)	(3.843)
Outros pagamentos correntes	(1.238)	(923)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(412.385)	(395.754)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	6
Outros recebimentos de operações eventuais		6
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	6
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	4.861.706	2.426.858
Disponibilidades no Início do Período:	2.281.931	1.563.244
Disponibilidades no Fim do Período:	7.143.637	3.990.102

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017
(valores em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2017 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31-12-16	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30-06-17
Valor base	12.070.004	1.161.655	(332.210)	-	-	-	12.899.449
Diferença p/Valor Base	(16.287.446)	3.672.230	(1.048.578)	-	-	-	(13.663.794)
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	53.313.421	-	-	-	639.178	-	53.952.599
Resultados do período	639.178	-	-	-	(639.178)	544.073	544.073
Total	49.735.157	4.833.885	(1.380.788)	-	-	544.073	53.732.327
Nº de Unidades participação	2.419.857	232.895	(66.603)	-	-	-	2.586.148
Valor Unidade participação	20,5529	20,7557	20,7316	-	-	-	20,7770

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes
Ups >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	-
2% <= Ups < 5%	-
0.5% <= Ups < 2%	3
Ups < 0.5%	11.481
TOTAL	11.484

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Valor da UP	VLGF	Nº UP em circulação
2017	30-jun-17	20,7770	53.732.327	2.586.148
	31-mai-17	20,8763	53.656.017	2.570.193
	30-abr-17	20,8239	52.755.687	2.533.417
	31-mar-17	20,7613	51.666.256	2.488.582
	28-fev-17	20,6997	50.950.209	2.461.401
	31-jan-17	20,4496	49.677.599	2.429.270
2016	31-dez-16	20,5529	49.735.157	2.419.857
	30-set-16	20,2356	47.897.708	2.367.003
	30-jun-16	20,0331	47.585.777	2.375.356
	31-mar-16	20,0366	48.210.652	2.406.129
2015	31-dez-15	20,2798	49.324.472	2.432.201
	30-set-15	19,8922	48.762.884	2.451.357
	30-jun-15	20,3174	50.282.257	2.474.843
	31-mar-15	21,0524	52.398.315	2.488.947

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2017 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Portuguesas						
-Títulos dívida Pública						
PGB 2.2 17/10/22	462.549	5.136	-	467.685	6.971	474.656
PGB 3.85% 15/04/2021	1.816.940	82.189	-	1.899.129	13.767	1.912.896
OT 4.8% 15/06/2020	1.517.598	10.467	-	1.528.065	2.841	1.530.906
	3.797.087	97.792	-	3.894.879	23.578	3.918.457
M.C.O.B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
SPGB 5.85% 31/01/22	946.443	-	(3.663)	942.780	18.151	960.931
SPGB 2.75% 31/10/24	337.734	-	(1.107)	336.627	5.492	342.119
SPGB 3,8% 30/4/24	547.896	-	(4.012)	543.884	2.956	546.840
SPGB 0.25 31/1/19	1.003.990	4.050	-	1.008.040	1.034	1.009.074
BTPS 4.25 1/2/19	1.712.284	-	(8.889)	1.703.395	28.054	1.731.448
BTPS 4.5 1/2/20	836.153	-	(2.858)	833.295	13.985	847.280
BTPS 4.25% 1/9/19	735.549	-	(26.438)	709.111	9.158	718.269
BTPS 3,75% 1/5/21	934.282	-	(32.104)	902.179	4.991	907.170
BTPS 2,5% 1/5/19	4.961.508	-	(40.561)	4.920.947	19.477	4.940.424
BTPS 1.5% 1/8/19	1.705.957	-	(4.114)	1.701.843	10.256	1.712.099
BTPS 1.05 1/12/19	359.849	-	(2.215)	357.634	302	357.936
BTPS 0.05 15/10/19	1.589.488	9.744	-	1.599.232	169	1.599.401
CM2,875% 6/4/19	470.970	22.193	-	493.163	3.177	496.340
ARAGON 1.15% 30/7/17	657.269	-	(4.676)	652.593	6.902	659.496
	16.799.371	35.987	(130.636)	16.704.722	124.105	16.828.827
-Out.Fundos Públicos Equiparados						
ICO 4.125% 28/9/17	540.675	-	(35.535)	505.140	15.596	520.736
	540.675	-	(35.535)	505.140	15.596	520.736
-Obrigações diversas						
BRCORO 3,875% 1/4/21	443.990	6.410	-	450.400	3.864	454.264
BMW float 20/4/18	372.000	651	-	372.651	-	372.651
ISPIM 4.8% 5/10/17	375.961	-	(29.857)	346.104	12.098	358.202
UCGIM 0% 31/10/17	421.924	21.987	-	443.911	-	443.911
Fortis 09/03/2020	500.000	4.400	-	504.400	3.237	507.637
EDP 2.625% 18/1/22	572.192	42.410	-	614.603	6.723	621.325
SNAM 1.5% 21/4/23	231.980	11.210	-	243.190	686	243.875
AMSSM 0.625% 2/12/17	401.600	-	(576)	401.024	1.445	402.469
LLOYDS float 4/2/20	200.200	910	-	201.110	29	201.139
Solbb float 1/12/17	200.000	540	-	200.540	82	200.622
AYTCED FLOAT 22/2/18	198.132	2.026	-	200.158	-	200.158
GM Float 10/5/21	150.240	15	-	150.255	76	150.331
	4.068.220	90.558	(30.433)	4.128.345	28.241	4.156.586
-U.P. FIM Fechados						
ISHARES SP500 ETF IT	1.885.609	1.055.629	-	2.941.238	-	2.941.238
LYXOR€ST.50(DR)UC.FC	2.234.059	5.287	-	2.239.346	-	2.239.346
LYXOR ETF IBEX35	797.689	-	(29.085)	768.605	-	768.605
Lyxor ETF €CorpBond	955.338	22.467	-	977.805	-	977.805
Ishares Euro Corpora	1.240.911	-	(7.377)	1.233.534	-	1.233.534
Ishares Euro Corp EF	964.847	16.731	-	981.578	-	981.578
ISH EMLOCAL GOV BND	384.760	-	(8.670)	376.090	-	376.090
Lyxor ETF S&P 500	2.620.128	288.136	-	2.908.264	-	2.908.264
	11.083.341	1.388.250	(45.131)	12.426.460	-	12.426.460
2. OUTROS VALORES						
Val. Mobiliários nacionais não cotados						
-Obrigações diversas						
Somec/92	-	-	-	-	-	-
Somec/94	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
2. OUTROS VALORES						
Val. Mobiliários nacionais não cotados						
-Ações						
Onlygreen, S.A	1.190	2.048	-	3.239	-	3.239
	1.190	2.048	-	3.239	-	3.239
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
-OIC domiciliados em Portugal						
Sant.Acções Portugal	588.570	33.255	-	621.826	-	621.826
FIIF Imosaúde	343.000	88.999	-	431.999	-	431.999
Fundo Lusimovest	2.632.634	-	(299.630)	2.333.004	-	2.333.004
Vision Escritórios	4.057.899	-	(1.795.208)	2.262.691	-	2.262.691
Explorer - II	360.185	-	(248.528)	111.657	-	111.657
	7.982.288	122.255	(2.343.366)	5.761.177	-	5.761.177
-OIC domiciliados Estado membro UE						
INVESTCO PAN EUR EQ	1.056.205	197.224	-	1.253.429	-	1.253.429
ROBECO EURO CONSV EQ	1.060.331	239.655	-	1.299.986	-	1.299.986
Lux Invest Plus - B	3.400.000	-	(3.400.000)	0	-	0
	5.516.536	436.879	(3.400.000)	2.553.415	-	2.553.415
TOTAL	49.788.708	2.173.770	(5.985.100)	45.977.378	191.519	46.168.897

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2017 foi o seguinte:

Descrição	31-12-16	Aumentos	Reduções	30-06-17
Depósitos à ordem	2.281.931	25.617.571	20.755.865	7.143.637
TOTAL	2.281.931	25.617.571	20.755.865	7.143.637

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência

do dia a que respeita a valorização.

- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Códigos dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.

- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “*Reuters*”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2017, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
USD	949.992	-	887.995	-	-	887.995	1.837.987
AUD	75.143	-	-	-	-	-	75.143
CHF	129.447	-	-	-	-	-	129.447
GBP	60.713	-	-	-	-	-	60.713
JPY	5.657.994	-	-	-	-	-	5.657.994
SEK	325.212	-	-	-	-	-	325.212
Contravalor Euro	1.148.552	-	778.146	-	-	778.146	1.926.698

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2017 o Fundo detinha ativos de taxa de juro fixa cuja maturidade é a seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	2.384.814	-	-	-	-	2.384.814
de 1 a 3 anos	14.943.176	-	-	-	-	14.943.176
de 3 a 5 anos	4.856.586	-	-	395.310	-	5.251.896
de 5 a 7 anos	1.265.372	-	-	-	-	1.265.372
mais de 7 anos	342.119	-	-	-	-	342.119

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de junho de 2017, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco de cotações:

Ações e Valores Similares	Montantes (Euros)	Extra-Patrimoniais		Saldo
		Futuros	Opções	
Ações	3.239	1.971.036	-	1.974.274
Unidades de Participação	20.741.052	-	-	20.741.052
Direitos	(0)	-	-	(0)

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2017

pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- a) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- b) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- c) Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2017:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	53.732.327	49.735.157
Carteira com derivados	50.587.835	47.069.198
	5,85%	5,36%

Nota 15 – Custos Imputados

No período findo em 30 de junho de 2017, foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	407 945	0,79%
Comissão de Depósito	8 980	0,02%
Taxa de Supervisão	4 657	0,01%
Custos de Auditoria	914	0,00%
Encargos outros OIC	-	0,00%
Outros Custos Correntes	-	0,00%
TOTAL	422 496	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,82%

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência